

## EDUCAÇÃO INDÍGENA: DIVERSIDADE E CIDADANIA

NUNES, ANGELA M.

97ST0612

Quando os alunos entram na escola eles podem vir só com o pensamento deles. As crianças fazem desenho, eu ensino o nome das coisas. Depois para eles se animarem eu danço e canto alguma coisa da cultura nossa, porque as crianças gostam de ficar alegre, de brincar. Professores Xavante, aldeia Namunkura, MT. Na apresentação da proposta deste seminário temático foi mencionado o quanto as mudanças em curso na sociedade contemporânea têm afetado diretamente os povos indígenas, desencadeando de uma série de processos de reorganização no seio desses grupos. Colocou-se também como tudo isto tem sido um desafio para a Antropologia, levando à expansão de seus campos de estudo, gerando uma demanda por novos recursos teóricos e criando, por exemplo, a necessidade de reuniões como esta. A educação escolar indígena veio a constituir-se, portanto, como um desafio de inúmeras ramificações, tanto para índios como para antropólogos. A minha contribuição a esta procura de rumos e possibilidades para as questões educacionais que se têm levantado, está em trazer a criança das sociedades indígenas para o cerne das reflexões. Mesmo sabendo que a educação escolar indígena atinge de modo extenso a população adulta, tornando-se um importante instrumento político, este aspecto não deve suplantar a necessidade de uma educação escolar que contemple em larga escala a presença da população infantil nas escolas das aldeias indígenas no Brasil. Sendo assim, o objetivo desta comunicação é demonstrar que é importante se conhecer a criança à qual os projetos educacionais se destinam, como condição básica à obtenção de sucesso. Em simultâneo, estarei evidenciando que conhecer melhor a criança das sociedades indígenas, ou de qualquer outra, extrapola a questão da educação escolar, remetendo à necessidade de criação de um espaço efetivo e sistemático de pesquisa, de discussão e reflexão, que permita a construção de um referencial teórico e metodológico que dê conta das indagações que emergem do universo da infância. A atenção a dar à criança tem que transcender o caráter de informação secundária ou complementar que geralmente tem merecido, traduzido em esforços isolados e descontínuos, válidos e preciosos, porém incapazes de acompanhar a dinâmica que outros campos de estudo têm revelado dentro da Antropologia.

Quero com isto dizer que a Antropologia reúne condições privilegiadas que podem contribuir para a transformação de uma postura comum à área pedagógica. A Pedagogia, em geral, tem-se ocupado com técnicas e métodos de como ensinar as crianças, o que a meu ver é importante mas incompleto. Penso que fica faltando aprender as crianças, ou seja, falta conhecê-las. Só assim qualquer proposta educacional fará sentido e será útil. Problemas educacionais existem em qualquer realidade sócio cultural e, se analisados um a um, certamente se concluirá que a raiz dos problemas está no fato de a escola não estar atenta nem se predispor a acolher o que o indivíduo que a frequenta traz em si mesmo e quer comunicar-lhe. Para a escola fornecer respostas aos problemas é preciso, antes do mais, que escute as perguntas que os indivíduos fazem. E as perguntas das crianças são diferentes das dos adultos, ainda que estejam em níveis semelhantes de escolaridade.

A dificuldade em trazer a criança para primeiro plano, mesmo em assuntos que lhe dizem diretamente respeito, não é de agora, nem é restrita a situações brasileiras. Levantamentos bibliográficos que efetuei mostraram-me que as dificuldades em tanger o tema, surgidas na época evolucionista, onde o comportamento infantil interessava porque se buscavam explicações para a infância da humanidade, se mantêm sem muitas alterações e acabam por desviar a atenção dos antropólogos que em algum momento se aperceberam da importância de um estudo focalizando a vida das crianças (Nunes 1997). Nas décadas de 30 e 40, as contribuições de Margaret Mead e seus discípulos são as de maior impacto, as de maior volume, e as que apresentam continuidade, ainda que fortemente marcadas pela Psicologia da época (Mead 1931, 1939 e 1946). Mas nem mesmo as críticas que posteriormente se fazem ao trabalho deste grupo de culturalistas leva a que se empreenda uma maior e mais detalhada etnografia da infância. Em meados dos anos 70 é ainda Mead que se interroga sobre o pouco que foi pesquisado sobre criança até então, não obstante os avanços teóricos conseguidos pela Antropologia (Mead 1975).

Ainda na década de 70, Charlotte Hardman afirma que até então nenhuma das escolas teóricas havia desenvolvido uma antropologia que se interessasse pela interpretação do entendimento que as crianças têm do

mundo (Hardman 197\_?). Defende que, embora haja sobreposição de muitos aspectos do mundo adulto e do infantil, existe uma dimensão que é exclusiva da criança, e que esta não é apenas o receptáculo dos ensinamentos que lhe são passados pelos adultos. Propõe a criação de um campo teórico que acolha esta perspectiva. Mas os trabalhos que até hoje se fazem sobre criança continuam a ser pontuais e a dar conta, essencialmente, de situações emergenciais onde a criança sofre de abusos de vários tipos, está em risco de vida ou quando o seu comportamento ameaça a ordem pública.

No Brasil não tem sido muito diferente. Roger Bastide, ao introduzir o trabalho de Florestan Fernandes sobre as brincadeiras de rua das crianças de São Paulo, refere-se à existência de algo como um mar tenebroso entre o mundo das crianças e o dos adultos, impedindo a comunicação. Sugere que se façam mais trabalhos daquele tipo (Fernandes 1946). Porém, segundo resenha bibliográfica de Rosilene Alvim e Lícia Valadares, o primeiro trabalho sobre infância e adolescência feito por cientistas sociais acontece apenas em 1972, a pedido do Tribunal de Justiça de São Paulo, buscando instrumentar o Juizado de Menores (Alvim e Valadares 1988).

Mas alguns trabalhos expressivos se desenvolveram desde então, privilegiando temas relacionados com a pobreza e a delinquência, em parceria com a assistência social, direito e psicologia. Porém, não devem ter sido suficientes para alterar significativamente o quadro das pesquisas sobre a criança no Brasil. Recentemente, José de Sousa Martins, ao se referir à infância como um momento de esperança, de construção de possibilidades e de sonhos, denuncia tanto a sua exclusão da vida das próprias crianças como também a sua ausência na pauta de interesses dos cientistas sociais. Segundo este autor, as crianças compreendem muito bem os processos que estão vivendo e as ciências sociais dariam um passo importante no seu desenvolvimento se reconhecessem que são elas, nos dias de hoje, os principais portadores da crítica social (Martins 1993).

Parece-me, portanto, que ainda não se pode afirmar que existência concreta e atuante de um campo de investigação próprio às questões da infância, embora haja condições para o tornar realidade e se possam perceber alguns dos seus contornos. Eu diria, no entanto, que não se trata apenas de aumentar a quantidade de informações e sim de trabalhar a sua qualidade. Não basta que haja projetos e pesquisadores em campo recolhendo informações ou fazendo estatísticas. Para mudar este quadro exige-se mais do que um preparo técnico ou o acesso a uma teoria e conceitos adequados. Mais do que tudo, é preciso ter sensibilidade para as questões não tão óbvias, para o lado subjetivo dos comportamentos, para a dimensão simbólica dos gestos e das relações. Se o pesquisador não tiver consciência disto, o universo da infância, na sua dimensão mais autêntica, permanecerá desconhecido. A tarefa não é fácil pois a nossa postura mais comum em relação à infância tem raízes antigas e profundas, com implicações que não são somente individuais nem tampouco são circunscritas em tempo e lugar. Aliás, Phillip Ariès deixa bem evidente a precariedade e a falta de cuidados havidos para com as crianças no decorrer de séculos de história europeia, tendo sido estas frequentemente consideradas como seres humanos não completos (Ariès 1962).

Referindo-me agora mais particularmente às pesquisas que se têm desenvolvido em áreas indígenas brasileiras, a tendência tem sido semelhante, ou seja, a perspectiva de investigação é sempre a de outro tema. As informações sobre a criança concentram-se no capítulo sobre o grupo doméstico e o ciclo de vida do indivíduo, ou estão dispersas pelo texto.

Estes meus comentários não têm a intenção de cobrar dos pesquisadores algo que estes não se propuseram fazer. Cumpro que diga, inclusive, que no trabalho de garimpagem de informações sobre crianças que empreendi nas monografias, teses e artigos publicados, localizei dados importantes que, se ampliados e desenvolvidos, certamente proporcionariam uma perspectiva de análise que complementaria outras, permitindo descortinar uma dimensão da realidade que de outro modo não se revelaria como tal. Mas, se essa não era a proposta desses pesquisadores, os sinais por eles levantados estão aí, à disposição de quem quiser aprofundá-los.

O que é importante dizer neste momento é que esses sinais e essas informações não são suficientes para se poder ter um conhecimento real das crianças dessas sociedades. E como traçar um plano educacional sem ter esse conhecimento como base? O trabalho dos etnólogos que têm se preocupado com as questões educacionais tem evidenciado olhares atentos e um esforço enorme na procura de soluções adequadas para problemas que antes não se colocavam. E têm conseguido dar passos que a Pedagogia por si só jamais daria. Ainda assim, o ponto de partida continua não sendo a criança e sim o processo educativo e as dificuldades a

este inerentes. Na minha opinião, se partíssemos das crianças, muitas dessas dificuldades ficariam mais leves. Espero que as três pesquisas em andamento, de que tenho notícia, não deixem de considerar isto e que contribuam significativamente para esta mudança de perspectiva.

Se é verdade, tal como foi colocado na apresentação do seminário, que a educação escolar indígena está intrinsecamente ligada a um processo de mudança que permeia todas as instâncias da vida nessas sociedades, e se é verdade aquilo que comumente os etnólogos afirmam - as crianças têm grande permissividade nas aldeias - penso que se deve dar atenção ao que a criança tem a dizer sobre o que está vivendo e aos vários modos de como ela expressa a compreensão que tem de tudo isso. A criança vive e se manifesta dentro de limites e até amplitudes que lhe são próprios, muito embora existam zonas de intersecção com o mundo adulto. A criança não é uma versão reduzida do adulto nem este uma reprodução ampliada da criança. Não podemos deixar que a nossa habitual perspectiva adultocêntrica nos limite. Precisamos de deixar de olhar as crianças como adultos em potencial, como alguém que ainda virá a ser.

O dados que tenho vindo a coletar entre as crianças da sociedade A'úwe-Xavante têm me mostrado que estas possuem um papel social absolutamente definido, atuante, e até mesmo imprescindível na vida do grupo doméstico e da comunidade. São dados que indicam grandes potencialidades de análise no que concerne à transformação das relações interpessoais face ao contato com a sociedade envolvente, com a acomodação de novos valores e a descoberta de novos sentimentos, com a alteração das atividades econômicas e de subsistência, com a cultura material, com a dinâmica atual da construção e transmissão do conhecimento, e até mesmo com a educação escolar que até agora se tem praticado na aldeia (Nunes 1997).

Estas informações emergem, sobretudo, do universo lúdico em que as crianças se movimentam no dia a dia e no qual se insere todo o seu fazer, mesmo que este inclua atividades domésticas, de produção, ou outras. Ao brincar, a criança se relaciona simultaneamente com o seu mundo de dentro e com o de fora, estabelecendo e elaborando pontes, ligações, percursos e direções fundamentais para o entendimento da vida. Ao brincar, a criança está a explorar e a incorporar mecanismos de socialização, está a desenvolver operações mentais, passa por desafios de habilidade motora cada vez mais sofisticados e experimenta toda uma série de estados emocionais... Além disto, o brincar contribui para o alargamento progressivo da experiência cultural e social, e também da sua característica como elemento participante da construção da pessoa, num processo gradual de ordenação, integração e identificação do indivíduo, tanto em relação a si mesmo como em relação aos vários agrupamentos de que faz parte.

Esta ênfase no brincar deve-se ao fato de que o brincar é a linguagem mais eloquente no período que corresponde à infância. Muito mais do que uma lista de atividades, o brincar é um estado de espírito que permeia essa maneira peculiar de a criança ser e estar na vida. Brincar é um modo de conhecer e conhecer-se (Pereira 1994).

Nas monografias, as informações sobre as crianças concentram-se no nascimento e no curto período imediatamente posterior, e fala-se depois da sua iniciação à vida adulta. Comenta-se também que atingem cedo a auto-suficiência mas o lapso nas informações entre um momento e o outro não permite decifrar o modo misterioso de como acontece esse aprendizado para a vida. Pois eu afirmo que a criança tem uma participação profunda no dia a dia da aldeia, em todos os aspectos, e que brinca enquanto a realiza.

Em suma, não obstante interesse a outros campos de estudo, a antropologia da criança mostra-se particularmente importante e necessária no domínio da educação escolar indígena. Apesar de tantas dificuldades, tem se buscado intensamente construir uma escola indígena diferenciada, de boa qualidade, que respeite diferenças culturais, que considere os anseios das populações, que se baseie nos modos próprios a cada grupo para aprendizagem e transmissão do saber (Lopes da Silva 1981 e 1987, Ferreira 1992, Lopes da Silva e Gruppioni 1995, Capacla 1995, Monte 1996, entre outros). Falta apenas que se inclua, definitivamente e como instância fundamental, conhecer os meninos e meninas que vão se sentar nos bancos dessa escola, se é que a escola vai ter bancos, e assumir isso em todas as nossas contribuições à construção da educação escolar indígena no Brasil.

## Bibliografia

- ALVIM, Rosilene e VALADARES, Licia  
(1988) Infância e Sociedade no Brasil: Uma Análise da Literatura, in Anpocs/BIB 26.
- ARIES, Philippe.  
(1962) Centuries of Childhood: a social history of family life. New York: Knopf
- CAPACLA, Marta V.  
O Debate sobre a Educação Indígena no Brasil (1975-1995), Cadernos de Educação Indígena, Vol.I, MARI, MEC.
- FERNANDES, Florestan  
(1946) As Trocinhas do Bom Retiro: contribuição ao estudo folclórico e sociológico da cultura e dos grupos infantis, Revista do Arquivo Nacional.
- FERREIRA, Mariana L.  
(1992) Da Origem dos Homens à Conquista da Escrita: um estudo sobre povos indígenas e educação escolar indígena. Dissertação de Mestrado. FFLCH/USP.
- HARDMAN, Charlotte  
(197\_?) Can there be an Anthropology of Children?, in Journal of the Anthropological Society of Oxford, 4(2):85-99.
- LOPES da SILVA, Aracy (org.)  
(1981) A Questão da Educação Indígena, Comissão Pró-Índio de São Paulo, Ed.Brasiense.  
(1987) A Questão Indígena na Sala de Aula. Ed. Brasiliense, São Paulo.
- LOPES da SILVA, Aracy e GRUPIONI, Luis (org.)  
(1995) A Temática Indígena na Escola, MEC, MARI, UNESCO.
- MARTINS, José de Souza  
(1993) O Massacre dos Inocentes: a criança sem infância no Brasil, Ed. Hucitec, 2a. edição, SP.
- MEAD, Margaret  
(1931) The Primitive Child, in A Handbook of Child Psychology, Carl Murchison (ed.), Worcester, Mass.: Clark University.  
(1993) [1939 Coming of Age in Samoa] Adolescência, Sexo y Cultura en Samoa, Ed. Planeta-Agostini, Barcelona
- Research on Primitive Children, in Manual of Child Psychology, L. Carmichael ed., New York.: Wiley. (1st.edition in 1946).
- (1975) Childrens Play Style: potentialities and limitations of its use as a cultural indicator, in Anthropological Quarterly, vol.48, July, n-3.
- MONTE, Nietta L.  
(1996) Escolas da Floresta: entre o passado oral e o presente letrado, Ed. Multiletra, RJ.
- NUNES, Angela M.  
(1997) A Sociedade das Crianças A'uwe-Xavante: por uma antropologia da criança, Dissertação de Mestrado, PPGAS/FFLCH, Universidade de São Paulo.
- PEREIRA, Maria Amélia  
(1994) Educação da Sensibilidade, Textos Universitários, Editora da UnB, Brasília.

Angela M. Nunes  
Depto. de Antropologia - ISCTE  
Mari - Grupo de Educação Indígena / USP

XXI Encontro Anual da ANPOCS